

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar e compreender como as ações de atenção à saúde indígena no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) eram realizadas e desenvolvidas. O período a ser analisado compreende os anos de 1942 – 1956, respectivamente, o ano da criação da Seção de Estudos (S.E.) do SPI, reconhecido pela literatura – que tem se dedicado ao tema – como o momento de importantes mudanças no referido órgão, a partir de uma reorientação voltada para a valorização das ciências sociais em sua estrutura administrativa; e o ano em que Darcy Ribeiro deixa o cargo de etnólogo e chefe da S.E. Nesse contexto, dedico importante espaço de análise à proposta para a criação de um “Serviço de médico-sanitário do SPI”, que sugeriria uma vinculação entre os saberes médicos e antropológicos na promoção de melhorias sanitárias aos grupos indígenas sob sua proteção. Para compor essa discussão, analiso também outras fontes documentais em diferentes recortes temporais, (com o objetivo de caracterizar o desenvolvimento do espectro da assistência no âmbito do SPI), como os Relatórios Oficiais ao Ministério da Agricultura e os Boletins Internos, este último com maior foco, a fim de se observar as demandas salientadas pelos chefes dos postos indígenas. Destaco que denúncias e registros sobre surtos epidêmicos, falta de assistência às populações e fragilidade do SPI constavam nos relatórios e inquéritos realizados pelo Serviço, desde suas origens até a década de 1950. Os problemas apontados consistiam na falta de material médico, de profissionais da saúde, além de constatações de prejuízos advindos do processo de “aculturação”, dado o impacto do convívio entre indígenas e civilizados. Desde a década de 1920, registrava-se naqueles documentos que a notável dificuldade sanitária enfrentada pelos grupos indígenas assistidos pelo SPI contribuiu largamente para o agravamento da diminuição demográfica indígena. Neste sentido, proponho uma análise atenta aos esforços do SPI, primeiro órgão governamental do país criado com o objetivo de garantir a assistência aos grupos indígenas, na promoção de políticas de melhorias das condições de vida e sobrevivência dessas populações.